

# Maílson negociará até o final

LUIZ ROBERTO MARINHO  
Da Editoria de Economia

Apesar da indecisão do presidente José Sarney sobre as mudanças na URP do funcionalismo, que dura exatos um mês e quatro dias, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, pretende continuar negociando e insistindo, dentro do Governo, pela medida. Não está nos seus planos, pelo menos por enquanto, pedir demissão, porque quer esgotar todos os argumentos possíveis para que a alteração na URP seja aprovada, mesmo reconhecendo, como fez ontem, que a demora na definição da proposta dificultará ainda mais ajustar o caixa do Tesouro às despesas de pessoal.

Assessores se queixaram de que quer se estender a Maílson a mesma disposição atribuída ao seu colega do Planejamento, João Batista de Abreu, de pedir o chapéu caso o Palácio do Planalto sepulte de vez o congelamento temporário da URP. Fontes do Planejamento revelaram ontem, contudo, que tal disposição já não é tão firme como na semana passada e que Abreu, como o ministro da Fazenda, resolveu se dispor também a um árduo e difícil trabalho de convencimento da necessidade de se adotar medidas impopulares para conter o déficit público.

Embora unidos na proposta, a posição de Abreu no Governo é mais confortável para pedir demissão, em que pese tal possibilidade estar mais distante, hoje. As duas razões básicas, interagem outras fontes governamentais: o temperamento (é bem menos político do que Maílson, no sentido de ter o pavio mais curto) e o fato de que, posto em sossego na Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, não era candidato ao Planeja-

mento o que equivale a dizer que não estava nos seus planos pessoais dividir responsabilidades por uma aguda crise econômica que, pelo seu receituário, passa necessariamente por medidas amargas para ser debelada.

## INVENCIONICE

Como era previsível, o ministro da Fazenda negou enfaticamente, após empossar seu novo secretário especial de Assuntos Legislativos, Humberto Lacerda, ex-assessor parlamentar do Banco Central, que pretenda pedir demissão caso naufraguem suas propostas essenciais de curto prazo para controlar o caixa do Tesouro.

Classificou como "boato" e "invencionice" a informação publicada pelo Jornal do Brasil de que teria "uma conversa definitiva" com Sarney se até sexta-feira não fossem aprovadas as sugestões de mudança na URP do funcionalismo.

— Não estou aqui para impor medidas. O trabalho do Ministério da Fazenda é examinar propostas e convencer pessoas do Governo e o Presidente da República da conveniência, oportunidade e necessidade delas. Não seria lícito, da minha parte — assinalou — impor ao presidente qualquer medida nem estabelecer que fico ou não fico em função de tais medidas. Governar é enfrentar dificuldades.

## SEM POTÊNCIA

Bastante cauteloso na conversa com os jornalistas no auditório do Ministério, depois da posse de Humberto Lacerda, Maílson admitiu porém, que a maior dificuldade na adoção das medidas para conter o déficit está em fazer com que "sejam examinadas em todos os seus ângulos sociais políticos, econômicos e financeiros".

Neganda-se a reconhecer que alta unidade ao Governo para bater o martelo em torno das medidas impopulares, sublinhou que não cabe ao Ministério da Fazenda avaliar se há impedimento político à sua adoção.

Limitou-se a informar que estão na agulha as propositas de alcance de médio e longo prazos nas despesas, como o incentivo à aposentadoria dos funcionários públicos, pelo pagamento de vencimentos proporcionais ao tempo de serviço antes de completado o prazo mínimo previsto em lei, e a reforma das tarifas aduaneiras.

A mudança na política tarifária, que vem sendo estudada com empresários do setor exportador desde novembro, está pronta e pode ser baixada sem problemas a qualquer momento, via decreto-lei, informou ontem um técnico da Fazenda. Ela consiste, basicamente, na criação de um imposto de importação único, com alíquotas que variam de zero a 85 por cento, dando uma alíquota média de 37 por cento, e na eliminação do sistema atual, considerado obsoleto, cujas alíquotas, apesar de atingirem 150 por cento, acabam numa média de sete por cento, por causa do complexo sistema de isenções.

Nem o incentivo à aposentadoria precoce, nem a reforma tarifária e a instituição de uma nova política industrial, reduzindo-se a presença do Estado na economia, "têm eficácia e potência suficientes para reduzir o déficit público" na proporção do congelamento temporário da URP do funcionalismo e da revisão do Orçamento Geral da União, segundo uma alta fonte da área econômica. Estas duas últimas se constituem justamente nas medidas amargas que o Planalto vem protelando.